

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Bárbara Campos Gines Lorena de Souza Gomes¹

Eliane Galvão Gomes²

Francisco Augusto Cruz de Araújo³

RESUMO

Os cursos a distância têm se constituído como grande contribuição para a inclusão de pessoas com deficiências e o desenvolvimento de suas aprendizagens, tendo em vista que os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) como espaço da sala de aula, podem facilitar a inserção dessas pessoas respeitando o seu ritmo de aprendizagem e sua individualidade. Diante disso, o presente artigo tem o objetivo de relatar experiências pedagógicas no Campus Zona Leste de Educação a Distância (EaD) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), considerando o acompanhamento feito junto às alunas com deficiência visual, uma na condição de cegueira total e outra baixa visão e/ou com visão subnormal, ambas matriculadas no 5º período do curso de Licenciatura em Letras Espanhol, oferecido na modalidade a distância. Na estruturação de um relato de experiência, apresentaremos nossas experiências nos anos de 2018 e 2019 no que tange ao apoio didático-pedagógico pela plataforma Moodle, nos polos de apoio presenciais e nas visitas ao Campus Zona Leste. Como resultado, apresentaremos como as organizações aprendentes e atores envolvidos como, polo, Instituição, tutores, professores e até a família têm influenciado na construção do conhecimento, adaptação de materiais, acompanhamento das alunas, entre outras ações metodológicas, buscando atender as particularidades das discentes com deficiência visual, promovendo o acesso e permanência com autonomia.

Palavras-chave: Educação a Distância, Deficiência visual, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Para tratar a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas (NEE) no espaço educativo, é preciso considerar às especificidades próprias de cada ser na perspectiva de desenvolver e estimular as diversas possibilidades de aprendizagens e saberes. Considerando esse contexto, se faz necessário a criação de políticas públicas para promoção de competência dos docentes que favoreçam a interação de conhecimentos para a inclusão.

Diante disso, é importante notar que, as pessoas com deficiência no Brasil ainda são, de diferentes formas e em diferentes setores, marginalizadas, isso inclui também as dificuldades de inserção no mundo digital.

Segundo Rabello (1989), para que a pessoa com deficiência visual seja de fato incluída, é imprescindível que ela faça parte do processo de planejamento para melhorias e

¹ Graduanda do Curso de Letras Libras da Universidade Federal - UFRN, ginesbarbara@hotmail.com;

² Tutora de espanhol do Instituto Federal - IFRN, eliane_galvao@hotmail.com;

³ Cientista Social e mediador da Educação Prisional em Gestão Ambiental UAB/IFRN, fcaugusto@gmail.com;

construção de políticas inclusivas, pois apesar de já possuir algumas, muitas delas não atendem, satisfatoriamente, as necessidades delas.

Este trabalho, portanto, se caracteriza como um relato de experiência do acompanhamento junto às alunas com deficiência visual no curso Licenciatura em Espanhol EaD ofertado pelo Campus Zona Leste do IFRN em parceria com a UAB. A modalidade da Educação a Distância (EaD), que é conceituada como um meio democrático e inclusivo, vem abrindo espaços, na perspectiva educacional, para que dentro do curso de licenciatura, para que sejam pensadas e planejadas formações continuadas para os nossos tutores/professores, produções de materiais adaptados, estratégias tecnológicas na plataforma Moodle, entre outras ações educativas acessíveis.

Frente a esse cenário, fez-se relevante fazer conhecida pela academia nossas experiências, fossem elas positivas ou não, podendo contribuir com as produções acadêmicas dessa área de estudo.

Primeiramente, abordaremos um pouco sobre o Ensino a Distância e também sobre o Curso de Licenciatura em Letras Espanhol do Campus Zona Leste, nessa modalidade. A posteriori, discutiremos algumas palavras sobre a deficiência visual e suas especificidades no âmbito educacional. Em seguida, apresentaremos o resultado das estratégias articulada em um plano de trabalho que foi programado para oferecer as estudantes com NEE, a equidade de condições para a construção do processo de ensino-aprendizagem na Instituição. De acordo com a Lei nº 13.146/2015 conhecida como a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em seu Art. 3º versa que Acessibilidade:

(...) corresponde à possibilidade e condição de alcance para utilização segura e autônoma de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, trabalhamos para que as alunas sempre pudessem ter autonomia na “mobilidade informacional e comunicacional” dentro da plataforma, de modo a adaptar os materiais, conteúdos e atividades para a necessidade das alunas, promovendo melhor desenvolvimento e aprendizagem das alunas.

METODOLOGIA

O presente artigo trilhou caminhos metodológicos de cunho qualitativo, que segundo André (1983) busca apreender os fenômenos na sua multidimensionalidade em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, para Goldenberg (1997 p. 34 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.31):

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Dessa forma, para que haja uma pesquisa qualitativa, se faz necessário o envolvimento emocional do pesquisador a fim de trabalhar com o universo de significados, a subjetividade, as motivações, crenças, valores e atitudes. Ou seja, não se conseguirá analisar seres humanos, numa perspectiva reducionista e sim numa óptica holística, para que possa, assim, descrever, compreender e explicar a espécie humana.

Para tanto, fizemos, além dos estudos bibliográficos, pesquisa de campo e documental. A nossa fonte primeira foi a experiência na prática docente no curso de Licenciatura em Espanhol oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Zona Leste (ZL), ofertada na modalidade a distância. Como membros da Equipe Multidisciplinar, diversos projetos eram planejados para serem executados junto aos alunos com deficiência do curso, dentre eles, as formações pedagógicas para os professores/tutores e para os alunos.

Dessa forma, dividimos esse artigo em cinco etapas: a primeira, a introdução, que inicia sobre a presente pesquisa relatando nossos objetivos e os caminhos percorridos; a segunda, intitulada “AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: CEGUEIRA E BAIXA-VISÃO” traz uma breve explanação sobre a deficiência e suas especificidades; a terceira, “MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUAS PECULIARIDADES” aborda sobre a modalidade da EAD e informações sobre o ambiente virtual como sala de aula e suas peculiaridades nas metodologias de ensino e afunila ainda mais nossa pesquisa para nossos sujeitos de pesquisa, as alunas com deficiência visual do curso, a quarta, que antecede as considerações finais, CAMINHOS METODOLÓGICOS E TECNOLÓGICOS TRILHADOS: PERMANÊNCIA DO ALUNO, que reflete sobre as práticas da equipe escolar que envolve

docentes, coordenação de curso, equipe do atendimento especializado, pedagogos, entre outros profissionais da educação e por fim, nossas considerações finais.

AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: CEGUEIRA E BAIXA-VISÃO

A expressão “deficiência visual” encontrada no Caderno da TV Escola elaborado pelo MEC em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (BRASILIA, 2000, p. 6), se refere “ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal”, isso significa dizer que esse termo pode ser utilizado para pessoas que possuem alguns resíduos parciais de visão ou pessoas com cegueira total, seja ela congênita ou adquirida.

Considerando esses conceitos, GIL (2000) nos diz que, a cegueira ou perda total da visão, pode ser adquirida ou congênita, ou seja, quando o sujeito nasce com a deficiência. O indivíduo que nasce com o sentido da visão, perdendo-o mais tarde, em sua maioria, guarda memórias visuais, conseguindo lembrar-se de imagens, luzes e cores que conheceu e isso é muito útil para sua readaptação. Quem nasce sem a capacidade da visão, por outro lado, jamais pode formar uma memória visual, possuir lembranças visuais.

Diante desse contexto, convém referenciar que visão subnormal (ou baixa visão) é a alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades.

De acordo com GIL (2000) as causas mais frequentes de cegueira e baixa visão são em decorrência de parto prematuro ou de excesso de oxigênio na incubadora, em consequência de rubéola ou de outras infecções na gestação, hereditário ou causado por infecções, atrofia óptica e alterações visuais corticais. A cegueira e a visão subnormal podem também resultar de doenças como diabetes, descolamento de retina, traumatismos oculares, entre outras causas.

Neste sentido, faz-se necessário conhecer as limitações dos estudantes com deficiência visual e compreender que o processo educativo dessa pessoa será desenvolvido através dos demais sentidos como o tato, paladar, audição e olfato. Para alguns, o uso do Sistema Braille será utilizado para a leitura e escrita, para outros que não foram alfabetizados nesse sistema, existem outros inúmeros recursos tecnológicos que facilitam na hora de estudar textos, ampliar, escrever, entre outras ações como por exemplo o NVDA - NonVisual Desktop Access (“Acesso Não-Visual ao Ambiente de Trabalho”) que é o leitor de tela utilizado pelas nossas alunas do Campus.

De acordo com Silva (2010) o desenvolvimento de crianças cegas e videntes possuem ritmos de desenvolvimento diferentes, isso não quer dizer que deixemos de oportunizar atividades desafiadoras que estimulem o desenvolvimento cognitivo dos alunos com cegueira, pelo ao contrário, nosso objetivo é promover a autonomia das alunas, mas levando em consideração que as atividades propostas pelos professores devem ser pensadas/planejadas levando em consideração suas particularidades.

Silva (2010) cita ainda que, “cada pessoa com baixa visão apresenta funcionamento visual variado”, portanto os recursos e adaptações devem estar em conformidade com cada necessidade individual, dessa forma não trabalhamos igualmente com as alunas, pois percebemos que suas experiências de vida são diferentes, as formas de aprender são diferenciadas e suas afinidades também. Outro aspecto levantado pela autora é que, o professor ao planejar eventos, providencie material impresso com letras ampliadas, deve consultar ao próprio aluno qual o melhor tamanho de letra para a sua capacidade visual.

Conforme mencionado, listamos abaixo algumas orientações que a autora pontua como importantes para auxiliar os professores atuarem pedagogicamente com estudantes com baixa visão.

A autora ressalta que, é importante que o professor compreenda que o aluno com baixa visão pode:

- Captar a presença do objeto, mas não ser capaz de identificar os seus pormenores;
- Conseguir ler pequenas indicações e palavras e, no entanto, ter dificuldade em ler um livro, um texto ou ver televisão;
- Ver como se estivesse olhando através de um tubo ou ver pelas periferias dos olhos.

A partir do que foi apresentado, conhecendo melhor as especificidades de cada aluno, o professor/tutor deve ser capaz de mediar o processo de aprendizagem com ações e recursos tecnológicos que promovam a autonomia do aluno, para que o mesmo desenvolva suas atividades solicitadas sem que precise de terceiros. E essa tem sido nossa maior missão, propondo formações, oficinas e minicursos que contribuam para o “fazer” docente no nosso Campus, tendo em vista que o ensino a distância pode configurar-se como importante agente eliminador das barreiras para a participação dos estudantes, considerando as suas especificidades e rompendo os limites temporais e geográficos.

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUAS PECULIARIDADES

No Brasil, a Educação a Distância (EAD) vem avançando a cada dia com o progresso dos meios de comunicação e a ampliação do acesso à internet. Atualmente, várias Instituições têm buscado autorização para ofertar cursos nessa modalidade, se credenciando junto ao Ministério da Educação e solicitando a autorização de oferecimento de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico e de pós-graduação.

Essa modalidade de ensino teve reconhecimento como uma ferramenta eficaz no desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a educação brasileira a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996), sendo regulamentada pelo Decreto n.º 5.622.

A Educação a Distância (EAD), por sua vez, descaracteriza-se do ensino como mera transmissão de conhecimentos, como afirma Preti (2011) “Temos que aprender a conviver com as novas tecnologias e a desenvolver-nos, como cidadãos livres e responsáveis”.

No Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), mais especificamente no Campus Zona Leste, os cursos de modalidade a distância tiveram início em janeiro de 2011, foi credenciado pela Portaria Nº 1.369 de 7 de dezembro de 2010 e tem o seu regimento e estrutura aprovados pela Resolução 15/2010 CONSUP/IFRN, 29/10/2010 e pela Resolução 16/2010 CONSUP/IFRN, 01/03/2012, respectivamente.

O prédio do Campus Zona Leste está localizado dentro do Campus Natal-Central, na Av. Senador Salgado Filho, 1559, no bairro de Tirol, em Natal. No então Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN), inicialmente, os cursos na modalidade a distância, iniciaram-se com os cursos superiores, autorizados pela Portaria nº 871/2006 MEC, publicada no D.O.U. de 11/04/2006.

Atualmente, o Campus oferece vários cursos de demanda institucional, bem como por meio da Rede Escola Técnica do Brasil (Rede e-tec Brasil) e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como objetivo, ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior por meio da educação a distância. Para que isso aconteça, o Instituto disponibiliza aos estudantes, uma área virtual de aprendizagem, a chamada Plataforma Moodle, possibilitando o aprendizado em qualquer hora e lugar.

O programa atinge inúmeros municípios do Estado do Rio Grande do Norte, e em cada um desses municípios existe um polo de apoio presencial, que tem a função de facilitar o

desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso às bibliotecas e laboratórios.

Alguns dos cursos ofertados pelo Campus Zona Leste do IFRN em parceria com a UAB são: Licenciatura em Espanhol, Tecnólogo em Gestão Ambiental, Formação Pedagógica para não licenciados, Especializações em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido, em Língua Portuguesa e Matemática numa perspectiva transdisciplinar, em Literatura e Ensino, entre outros cursos.

No ano de 2010, surge a primeira turma do curso de Licenciatura em Letras Espanhol do Campus EaD do IFRN. Com a proposta pedagógica de formar professores para atuarem na Educação Básica em suas atividades humana, técnica, política e ética voltada para a formação holística do cidadão para o mundo do trabalho. O curso possui 9 semestres com 2.460 horas destinadas à formação docente, 124 horas a seminários curriculares e 1.000 horas à prática profissional, totalizando a carga horária de 3.614h. Além de 300h de disciplinas optativas e 200h de atividades extracurriculares, que podem ser eventos, cursos e outros na área ou área afim.

Atualmente, o curso é ofertado nos polos de apoio presenciais das cidades de Caraúbas, Currais Novos, Grossos, Parnamirim, Marcelino Vieira, Natal, Lajes, Guamaré e São Gonçalo do Amarante no estado do Rio Grande do Norte. Os polos contam com uma infraestrutura padrão, como salas equipadas com recursos multimídias para as atividades presenciais e avaliações, laboratórios de informática equipados com computadores com acesso à internet e impressora, biblioteca com acervo básico de livros nas áreas de conhecimento do curso, sala para secretaria acadêmica e de coordenação do polo, entre outros ambientes necessários para o atendimento ao aluno. Cada polo possui um tutor presencial e um coordenador de polo a fim de contribuir com o acesso e permanência dos alunos no curso, aproximando-os da administração da instituição ofertante.

A equipe do curso conta, hoje, com o apoio de uma coordenadora, uma assistente acadêmica, duas professoras que colaboram com o atendimento dos alunos e professores na plataforma Moodle, uma equipe multidisciplinar para o atendimento das alunas com deficiência do curso promovendo a melhoria da comunicação voltadas para as necessidades individuais dos alunos e profissionais e uma tutora presencial do polo Natal EaD para mediar a comunicação entre professores/tutores e alunos.

O MOODLE (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) é uma plataforma livre, de apoio ao ensino e à aprendizagem dos alunos no ambiente virtual. Dentro dessa plataforma de estudos ocorre a interação professores-alunos, tutores-alunos, alunos-

alunos e equipe de coordenação-alunos, em outras palavras, esse software é a sala de aula dos estudantes da educação a distância do Campus. Além do acesso aos materiais e às aulas, o aluno consegue visualizar suas notas, enviar requerimentos de mudanças de datas de provas e interagir com o professor e/ou tutor para retirar dúvidas quanto aos materiais, calendário de atividades, entre outras.

CAMINHOS METODOLÓGICOS E TECNOLÓGICOS TRILHADOS: PERMANÊNCIA DO ALUNO

Iniciamos nossa intervenção no Campus Zona Leste do IFRN com a apresentação das alunas DV aos professores e tutores do semestre letivo. Nesse encontro, as estudantes puderam falar sobre suas potencialidades com relação a EaD, os recursos que já utilizavam e sugerindo algumas estratégias para ajudar nas adaptações das atividades e apresentação dos conteúdos. Sabendo das dificuldades enfrentadas pelos professores, convém ressaltar:

Inclusão é uma tarefa complexa, que exige do educador múltiplos saberes da prática educativas, principalmente porque pressupõe o respeito às diferenças existentes entre os educandos, independentemente de sua capacidade ou dificuldade, de sua origem socioeconômica ou cultural, em escolas e classes que se propõe a atender as necessidades individuais e coletivas dos mesmos. (Guacira, 2006, p 149)

Acreditamos que ainda enfrentamos muitas dificuldades pelo fato de que os professores em suas formações iniciais não tiveram contato com a educação inclusiva, não possuindo a disciplina nas grades curriculares, nem professores que abordassem do tema, anteriormente visto como tabu por muitos. Mas seguimos com nossa missão...

Em seguida, elaboramos junto ao NAPNE (Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especificas), um termo de compromisso, apresentando as alunas e suas potencialidades, sugerindo várias estratégias de acessibilidade devendo ser assinando pelos professores que por ventura estivessem ministrando aulas no referido semestre, contendo orientações que foram ditas pelas próprias alunas.

O processo de inclusão das alunas vem se articulando a cada dia, temos envolvido todos os setores da EAD para que de fato aconteça a acessibilidade, favorecendo a autonomia das alunas. Neste sentido, e de acordo com o autor: “Ensinar exige à autonomia do ser do educando” (Freire, 2000, p. 65)

Entendemos que a efetivação da inclusão perpassa por conhecimento sobre o assunto, portanto, realizamos uma formação com os professores e tutores, intitulada “Desafios da

Inclusão” apresentando documentos que fundamentam o processo, levantando possibilidades de adaptações baseado nas sugestões das alunas cega e BV. A imagem a seguir mostra o primeiro encontro com professores e tutores no semestre 2019.1



Imagem 1 – Formação docente teórica para tutores/professores do Campus

#ParaTodosVerem: Dentro do auditório, filas de cadeiras na horizontal. Não se vê que está palestrando, mas todos que estão no auditório olhando atentamente para frente. Um ambiente iluminado, com 11 pessoas presentes na imagem.

Logo após, elaboramos uma formação mais específica voltada para a deficiência visual, (cegueira e/ou Baixa visão) com a participação de professores, tutores e os profissionais da TI. Nesse sentido procurar “ajudar os professores a refletir e a aceitar a sua responsabilidade quanto à aprendizagem de todos os educandos, colaborando assim para prepara-los para ensinar àqueles que são comumente excluídos das escolas, por qualquer razão”. (Martins, p 19)

A seguir, a imagem da nossa formação para sensibilização de todos os setores do campus.



Imagem 2 – Formação docente prática para tutores/professores do Campus

#ParaTodosVerem: Dentro do auditório, filas de cadeiras na horizontal. A palestrante está em pé, provavelmente explicando a dinâmica para os professores que estão sentados de olhos vendados. Em uma fileira de cadeiras, 4 pessoas, em frente mais 1 e na outra fileira mais 2 pessoas, todas vendadas com um pano. No fundo da foto, uma mulher mexendo no computador, provavelmente pausando um vídeo que está sendo exibido no canto direito da foto.

Na sequência, nos reunimos com o coordenador da equipe de TI (tecnologia da Informação) junto às alunas e foram levantadas algumas questões que pudessem torná-las mais autônomas no Moodle, procurando fazer alterações na plataforma como sinais sonoros de envios e recebimentos de mensagens, padronização dos nomes dos cursos (sem código); adequação do tema corrente do Moodle, especialmente para quem usa leitor de tela; adequação de envio de arquivo para dar um retorno audível do progresso; tela inicial do curso (lista dos cursos), entre outras adaptações que estão sendo feitas.

Na perspectiva de efetivar a inclusão, foi contratada uma tutora específica para as duas alunas, que tem a tarefa de adaptar os materiais de acordo com as necessidades de cada uma, como construção de material tátil, ampliação do material, áudio-descrição, leitora, compila o material apresentado o conteúdo significativo, entre outras atribuições que procuram facilitar a aprendizagem.

Nesse sentido, temos trazido as alunas no campus para apresentar os materiais táteis, reunir-se com a TI e a DIPMAD – Diretoria de Produção de Materiais Didáticos, que são colaboradores diretos para efetivação da inclusão. Além disso, fazemos o contato presencial

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

junto com professores das disciplinas quando por ventura as alunas estão com dificuldades de compreensão dos conteúdos.

Após o exposto, articulamos um momento com a equipe da DIPMAD, responsável pelo material didático, onde as alunas também propuseram algumas possibilidades para adaptação do material, pois acreditamos que nada deve ser pensado para eles sem eles. Temos feito ampliação e impressões de tabela e mapas para ser preparado de forma a ser tátil e ainda adaptação de roteiro para vídeo-aula em estúdio e acompanhamento da edição. Sabemos que melhor que a adaptação dos materiais deveria ser a produção dos materiais pensados para os alunos deficientes, mas ainda encontramos muitas dificuldades em materiais acessíveis, além de não termos um laboratório de acessibilidade no campus e isso nos faz refletir o quanto a inclusão ainda caminha a passos lentos.

Abaixo, a imagem das alunas DV em atividade de material tátil, produzido pela equipe de atendimento especializado, referente a disciplina de fonética e fonologia da língua espanhola:



Imagem 3 – Acompanhamento com as alunas: utilização do material tátil para estudo

#ParaTodosVerem: Ao redor de uma mesa redonda, as duas alunas observam o material tátil tocando com os dedos. Ao lado, a tutora presencial explica o conteúdo do material.

Realizamos, junto às alunas, uma atividade de gravação de vídeo no estúdio de gravação, solicitado pela professora da disciplina de língua espanhola IV. A produção foi riquíssima e a temática escolhida pela aluna foi a cultura do México. Abaixo a imagem do estúdio de gravação com a aluna, nós da equipe de atendimento especializado e um servidor técnico em audiovisual:



Imagem 4 – Gravação da vídeo-aula da aluna para a disciplina de língua espanhola

#ParaTodosVerem: Dentro do estúdio de gravação, um fundo de lona azul, 4 pessoas presentes: a aluna posicionada para a câmera, a tutora em sua frente orientando a apresentação, o coordenador da gravação a direita da aluna segurando o papel do roteiro e atrás dele a tutora auxiliar.

E, ainda na perspectiva de atender os alunos com deficiência visual de forma inclusiva, participamos da Jornada de Diálogos sobre Acessibilidade e Inclusão – JORDAI de 05 a 07/11/2018, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Campus Santa Cruz. Abaixo, a imagem da nossa participação na Jornada, a fim de disseminar nosso trabalho com a inclusão no ensino superior a distância do Campus e poder contribuir com os demais profissionais da educação.



Imagem 5 – Participação no NAPNE no JORDAI

#ParaTodosVerem: Atrás de uma mesa retangular, 5 pessoas apresentando slides para um evento. À direita o coordenador do NAPNE/EAD, ao seu lado o coordenador de TI, logo após o coordenador da DIPMAD e em seguida a tutora e a professora de educação inclusiva. Atrás deles os slides da apresentação e ao lado as bandeiras do Brasil e do RN.

Na ocasião, compartilhamos as estratégias utilizadas para o melhor desempenho das alunas, e através de minicursos e palestras, aconteceram formações a respeito do processo inclusivo, onde nos envolvemos nas oficinas voltadas para às pessoas com deficiência visual com foco na permanência dos alunos no curso, facilitando as aprendizagens. Os minicursos: Produção de materiais grafo-táteis para pessoas com deficiência visual, Práticas Educativas para uma Vida Independente (PEVI) e Orientação e Mobilidade (OM), Massoterapia e Música Princípios Básicos da Audiodescrição. Neste sentido, também fizemos um curso de Ledor, Transcritor e Audiodescritor, tendo como mediadora a profa. Luzia Guacira – UFRN, nas dependências da Reitoria do IFRN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito do que foi apresentado, devemos reconhecer que ações políticas que estão sendo efetivadas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem favorecido acesso ao conhecimento para atender aos estudantes com deficiência visual no processo de inclusão.

Através da fala das alunas com NEE, podemos perceber que as mesmas têm avançado bastante depois de ter esse acompanhamento diretamente ligado aos professores e com a presença da tutora específica para as alunas, colaborando para que as adaptações curriculares sejam feitas de acordo com as necessidades e potencialidades de cada uma das estudantes.

Enfim, continuaremos nessa perspectiva de sensibilização dos tutores/professores e demais profissionais do campus, conversando e mediando às relações entre eles e as estudantes, orientando as intervenções para adaptação curricular e acessibilidade das alunas com necessidades educativas e especiais.

Além disso, nossa missão é promover formações continuadas para esses profissionais, ofertando minicursos, oficinas e palestras sobre a temática, para que possam compreender e saber como lidar com a inclusão dos alunos NEE em suas salas de aula, sejam elas físicas ou virtuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASÍLIA. GIL, M. (org.). **Deficiência visual**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>>. Acesso em 26 de março de 2019.

BRASIL. Decreto 5.622, 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso em 26 de março de 2019.

_____. Lei nº. 9.394, 20 de dezembro de 1996> **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União> Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 26 de março de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessário a práticas educativas** _ São Paulo: Paz e Terra, 1996 – (coleção Leitura).

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v. 1. 118p.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos – [et al.] organizadores. **Inclusão: Compartilhando Saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PRETI, Oreste. **Educação a distância: fundamentos e políticas** - Cuiabá: EdUFMT, 2011.

RABELLO, O.C.P. **O deficiente visual e a Biblioteca Pública Estadual Luiz Bessa**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 18, n.1, p. 39-60, mar. 1989.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Orientações para atuação pedagógica junto a alunos com deficiência: intelectual, auditiva, visual, física**. Natal: WP Editora, 2010.